

AGENDA DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: UMA LEITURA A PARTIR DO GTT DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO XV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

Fernando Augusto Starepravo
Ricardo Sonoda Nunes
Wanderley Marchi Junior

RESUMO

Neste ensaio nos propomos a analisar alguns aspectos presentes nos trabalhos apresentados no GTT 10 do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace), visualizando a orientação da produção científica da área a partir dos trabalhos selecionados.

Palavras-chave: políticas públicas, agenda de pesquisa, esporte e lazer.

ABSTRACT

In this essay we propose to examine some aspects in papers presented at the 10 TWGs XV Brazilian Congress of Science of Sports (Conbrace), visualizing the orientation of the scientific production of the area from the selected works.

Keywords: public policies, research agenda, sport and leisure.

RESUMEN

Este ensayo se propone examinar algunos aspectos en los trabajos presentados en lo GTT 10 de XV Congreso Brasileño de Ciencias del Deporte (Conbrace), visualización la orientación de la producción científica del área a partir de las obras seleccionadas.

Palabras clave: políticas públicas, programa de investigación, el deporte y el ocio.

Introdução

Em dossiê sobre a agenda de pesquisa em políticas públicas apresentado por Marta Arretche, em fevereiro de 2003 à Revista Brasileira de Ciências Sociais, a organizadora aponta que é *“inegável o crescimento dos estudos na área de políticas públicas no Brasil”* (ARRETCHE, 2003, p. 07). Para justificar tal afirmação, a autora lista uma série de fatores, como a multiplicação das teses e dissertações relacionadas às políticas governamentais, disciplinas de políticas públicas inseridas nos diferentes cursos de graduação e pós-graduação, criação de linhas de pesquisa especialmente voltadas a este campo do conhecimento, linhas especiais de financiamento no interior das agências de fomento. Além disso, destaca que a área de políticas públicas é uma das seis áreas temáticas da Associação Brasileira de Ciência Política, e a presença regular do Grupo de Trabalho de Políticas Públicas na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Estas condições apontadas, porém, não são por si só garantia de uma expansão consistente do campo de produção científica sobre políticas públicas. *“A proliferação de*

trabalhos [...] não são suficientes para o desenvolvimento de uma ciência ou campo disciplinar” (ARRETCHE, 2003, p. 08). A autora, citando o trabalho de Kuhn (1976), aponta que *“a aquisição de um paradigma – corpo de crenças metodológicas e teóricas comuns que orientem a seleção, avaliação e crítica dos fatos relevantes a serem observados – é condição para o desenvolvimento de um campo disciplinar”* (op.cit.). A definição dos objetos ou fatos relevante ao universo de pesquisa sobre políticas públicas, bem como das questões legítimas de um campo de investigação, implica a exclusão de crenças, e permite a concentração na análise, que em articulação com as teorias, levarão à acumulação do conhecimento. Deve-se haver um relativo consenso entre o corpo de pesquisadores especialistas quanto às fronteiras de um campo de conhecimento, particularmente as questões legítimas a serem investigadas e das técnicas adequadas de investigação. Fato e teoria, desta forma estão constitutivamente interligados (ARRETCHE, 2003).

Melo (1999) constatou que a área de políticas públicas no Brasil se caracteriza por uma baixa capacidade de acumulação do conhecimento, fruto da proliferação horizontal de estudos de caso e da ausência de uma agenda de pesquisa. Segundo Arretche (2003), enquanto o objeto de análise da área – a análise do Estado em ação, estudo de programas governamentais, particularmente suas condições de emergência, mecanismos de operação, e prováveis impactos – está bem definido, as abordagens teóricas e os métodos de investigação têm recebido escassa atenção.

No caso do esporte e lazer, temos a impressão que algo semelhante vem acontecendo. A produção de conhecimento na área de políticas públicas para o esporte e lazer estava quase que exclusivamente voltada ao relato de experiências. Quando publicamos experiências sem o diálogo com as teorias, corremos o risco de pautar as discussões em idéias e ideais próprios. Isso faz com que haja um questionamento sobre a qualidade dessa produção e não se avance na discussão.

Na esteira do pensamento de Marchi Jr. (2006, p. 30), acreditamos que, *“para termos respostas efetivamente consistentes para as nossas angústias, dúvidas ou discordâncias sociais, faz-se necessário uma instrumentalização, no sentido acadêmico, teórica e reflexiva para alcançarmos a racionalidade desejada”*.

No ano de 2007, porém, durante a realização do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, no interior do Grupo de Trabalho de Políticas Públicas (GTT 10), ficou nítido o avanço no número de produções acerca da temática, bem como na consistência das discussões apresentadas.

Foi apresentado um total de 28 trabalhos naquela ocasião, além de uma mesa especial sobre a avaliação da produção do GTT e uma conferência sobre história e fundamentos da política social. O aumento considerável de trabalhos no GTT 10 foi destacado por Molina Neto na Mesa I do evento intitulada *“Pesquisa e desenvolvimento científico: divergência, desigualdade e diversidade na Educação Física”*. Não obstante, o professor levantou a necessidade de aprofundar a compreensão do por que deste aumento quantitativo, e se este aumento na quantidade de trabalhos vem acompanhado de uma melhora qualitativa nas análises.

Neste ensaio nos propomos a analisar alguns aspectos presentes nos trabalhos apresentados no GTT 10 do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace), visualizando a orientação da produção científica da área a partir dos trabalhos selecionados.

O Ministério do Esporte e o fomento à produção científica

Durante a avaliação do GTT de Políticas Públicas no XV Conbrace, foi levantada a questão do aumento no número de trabalhos apresentados no GTT. Dentre os fatores levantados como possíveis causas ao aumento do quantitativo de trabalhos, estava a ação do governo federal, via Ministério do Esporte, através da Rede Cedes. A Rede Cedes é uma ação programática do Ministério do Esporte, gerenciada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. Com estudos balizados por referenciais teóricos originários das ciências humanas e sociais e por meio da interlocução com grupos de pesquisa consolidados e/ou em processo de consolidação - vinculados a instituições de ensino superior e/ou institutos de pesquisa e sociedades científicas -, busca implantar novos grupos de pesquisa e estimular os já existentes a produzir e difundir conhecimentos voltados para a avaliação e o aperfeiçoamento da gestão de políticas públicas de esporte e de lazer¹.

De acordo com o levantamento por nós realizado junto aos Anais Eletrônicos do XV Conbrace, o Grupo de Trabalho de Políticas Públicas teve vinte e oito trabalhos publicados. Destes, treze trabalhos, ou 46,5% do total de trabalhos do GTT 10, eram publicações fruto de apoio da Rede Cedes. Com relação aos grupos de pesquisa que fazem parte da Rede Cedes, estiveram representadas a Universidade Municipal de São Caetano do Sul (quatro trabalhos), Universidade Federal do Maranhão (três trabalhos), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Rio Grande, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Pelotas e Universidade Federal da Paraíba (um trabalho cada), conforme se pode constatar no gráfico número 1:

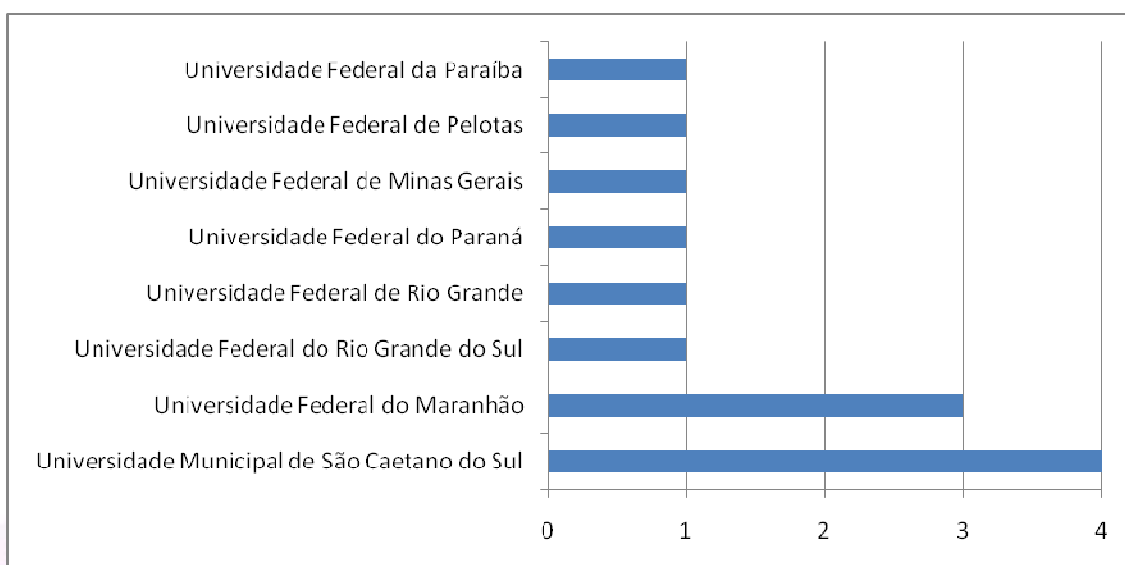


Gráfico número 1 – grupos de pesquisa Rede CEDES

Além disso, a ampliação do alcance dos programas de esporte e lazer do governo federal estaria estimulando a avaliação e o debate acerca da temática. Outros três trabalhos apresentados referiam-se a programas e ações do Ministério do Esporte. Ou seja, 57% dos trabalhos (dezesseis no total) do GTT 10 estiveram diretamente relacionados à atuação do Governo Federal, através de ações do Ministério do Esporte.

¹ http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/rede_cedes.jsp

Portanto, quantitativamente podemos afirmar que a atuação do Ministério do Esporte, principalmente através da Rede Cedes, fomentou o aumento das produções acerca da temática de políticas públicas de esporte e lazer no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte.

Este pode ser um fator positivo, haja vista que o governo vem tendo uma atuação que estimula a produção no interior dos grupos de pesquisa sobre a temática. Porém, como nos chama atenção Arretche (2003, p. 08), “*é possivelmente devido ao caráter ainda incipiente de um programa de pesquisa [...] que os temas de pesquisa na área têm estado tão fortemente subordinados à agenda política do país*”. Esta questão é particularmente mais presente na área de políticas públicas devido a “*proximidade da disciplina com os órgãos governamentais*” (MELO, 1999, p. 91).

Agenda de políticas públicas de esporte e lazer: temáticas abordadas e perspectivas teóricas

Passamos a investigar então quais as temáticas abordadas pelos trabalhos apresentados no XV Conbrace, a fim de compreender como vem se constituindo nossa agenda de pesquisas em políticas públicas de esporte e lazer, no que diz respeito as temáticas legítimas a serem investigadas. Para tanto, procuramos categorizar as temáticas, buscando aproximações entre os trabalhos, já que o escopo deste trabalho não comporta a descrição detalhada de cada um deles. Além disso, ao apresentar os trabalhos selecionamos, buscaremos expor a perspectiva teórica adotada pelos seus autores, a fim de observar outro aspecto na construção da agenda de pesquisas em políticas públicas de esporte e lazer: a orientação teórica adotada.

A princípio encontramos dois trabalhos que, a nosso ver, não se aproximam da discussão sobre políticas públicas, tampouco à ementa do GTT 10².

O artigo “*O futebol profissional e a cidade de Goiânia: análise das articulações entre o desenvolvimento urbano e as torcidas organizadas*”, de autoria de Marcus Jary Nascimento e colaboradores da Universidade Estadual de Goiás e Universidade Católica de Goiás, apresenta um projeto em andamento que visa, através de uma pesquisa etnográfica, realizar “*uma análise das relações entre o desenvolvimento urbano de Goiânia-GO e o padrão de sociabilidade das torcidas organizadas Esquadrão Vilanovense (do Vila Nova Futebol Clube) e Força Jovem (do Goiás Esporte Clube)*” (NASCIMENTO, 2007, p. 01).

O trabalho em questão pouco se aproxima da temática das políticas públicas de esporte e lazer. Apenas em um breve trecho os autores citam que o problema da violência das torcidas é uma preocupação do poder público. Os autores relatam, a partir de parte da pesquisa empírica, formas de manifestações das torcidas organizadas, buscando aproximações com o contexto urbano da cidade de Goiânia.

O trabalho “*Agente de lazer: uma proposta de ressocialização e reeducação*”, de Wilson de Lima Brito Filho, professor da Faculdade Social da Bahia, apresenta o relato

² Estudos dos processos de formulação, adoção e avaliação das políticas públicas de Educação Física, Esporte e lazer. Estudos das concepções, princípios e metodologias de investigação adotadas na consecução de políticas públicas, voltados para a apreensão da produção de bens e serviços públicos relativos à Educação Física, Esporte e Lazer.

de um trabalho extencionista, através de atividades no âmbito do lazer realizadas no Complexo Penal Feminino, no município de Salvador.

O autor debate a questão das penas e das condições de vida impostas às transgressoras da lei, do direito constitucional ao lazer, e o trabalho realizado pelos acadêmicos da Faculdade Social da Bahia junto às detentas. Constitui um relato de experiência com pouco diálogo a literatura, especialmente no que diz respeito às políticas públicas de lazer.

Outro grupo de trabalhos, o mais numeroso, com sete trabalhos no total, apresenta a análise de programas federais de esporte e lazer, elegendo olhares particulares, como a percepção dos pais e dos alunos sobre os programas, a questão da formação continuada, a possibilidade de emancipação humana através dos programas, entre outros. Os programas analisados nos trabalhos foram o Programa Segundo Tempo e o Programa Esporte e Lazer da Cidade, ambos do Ministério do Esporte, e o Programa Escola Aberta, realização de um conjunto de Ministérios e organizações não-governamentais.

O primeiro trabalho analisado, intitulado “*A formação continuada no programa esporte e lazer da cidade: emancipação o reprodução*”, refere-se a um debate sobre a questão da formação continuada dos agentes envolvidos no programa do Ministério do Esporte chamado Esporte e Lazer da Cidade, especificamente no município de Santo André. Já no resumo do trabalho os autores deixam clara sua orientação teórica, assumindo uma crítica ao chamado neoliberalismo: “*Trata-se de um estudo em andamento em que pretendemos verificar se o referido programa representa uma ação de resistência à ofensiva neoliberal de ataque aos direitos sociais*” (HÚNGARO e MELO, 2007, p. 0).

No início da introdução, os autores também deixam clara a orientação do grupo de pesquisa de que fazem parte: “*Em virtude de nossa vinculação ao Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer da região do Grande ABC, fomos estimulados a estudar os impactos da ofensiva neoliberal nas políticas sociais*” (HÚNGARO e MELO, 2007, p. 0). O texto então se desenvolve dando ênfase a discussão das políticas sociais e sua relação com as políticas econômicas do Estado; a ofensiva neoliberal atingindo a dinâmica de intervenção do Estado através de políticas sociais; o papel da educação como política social; e, finalmente, a apresentação do programa Esporte e Lazer da Cidade, enfatizando uma das ações propostas no programa, que é a de “[...] *oferecer cursos de formação continuada a professores, estudantes e agentes sociais de esporte*” (MANUAL DO PROGRAMA, 2005, p. 5 citado por HÚNGARO e MELO, 2007, p. 5).

Na conclusão os autores reafirmam que aquele é um trabalho em andamento, mas apontam que buscam na avaliação de programas sociais traços revolucionários e de emancipação humana. Nas referências do trabalho pode-se encontrar menção a obra de Marx, “*Manifesto do Partido Comunista*”.

Já o trabalho “*Projeto segundo tempo: configurando um modelo*”, de Bruno Duarte Moreira e colaboradores, todos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, se propõe a discutir o programa Segundo Tempo dentro de um “contexto neoliberal de organização capitalista” na cidade do Rio Grande.

No início do texto os autores colocam que com o neoliberalismo “*há uma reconfiguração do papel do Estado e o mercado passa a ser o regulador e definidor destas políticas, com o conseqüente descomprometimento do Estado, transferindo tais ações sociais para a sociedade civil*” (MOREIRA et al., 2007, p. 2). Uma das

conseqüências é o surgimento de um terceiro setor, que passa a se responsabilizar por uma série de ações na área social, antes atribuições do Estado.

Conseqüência desse processo, segundo os autores, é que o esporte não é mais tratado como um direito social,

... mas sim como um serviço que poderá ser conseguido ou no mercado da atividade física em clubes, academias e escolinhas pagas, ou então contar com a 'solidariedade' de atletas, com a 'responsabilidade social' de grandes empresas ou ainda com a ação dos voluntários. Permuta-se direitos em troca de favores e assistência (MELO, 2005 citado por MOREIRA et al., 2007).

Passando à análise do programa em si, os autores citam alguns números e concluem:

é possível constatar que o Programa Segundo Tempo em Rio Grande se enquadra no modelo neoliberal de políticas públicas em que o terceiro setor, no caso o SESC, cumpre um papel que deveria ser do Estado, ou seja, esse financia um programa que vem sendo executado por um órgão da sociedade civil, transferindo verba pública para o setor privado.

O trabalho “*Políticas públicas de esporte e lazer: análise do programa de esporte e lazer da cidade*”, de autoria de Daniele Rorato Sagrillo, Ecléa Vanessa Canei Baccin e Vilmar José Both, todos vinculados a Universidade Federal de Santa Maria, se propõem a fazer uma análise do programa do governo federal Esporte e Lazer da Cidade, a partir do par dialético objetivos/avaliação. Para tanto, parte de um referencial com base no materialismo histórico e dialético, trazendo a discussão de tempo de trabalho e tempo livre dos indivíduos.

A primeira parte do texto está voltada a discussão do tempo de trabalho e do tempo livre. Os autores partem da idéia que o conceito do trabalho é central para a compreensão das relações humanas. Utilizam-se de autores de orientação marxista (Mascarenhas, Antunes e Sader) para balizar sua discussão sobre as relações entre o tempo de trabalho e o tempo de lazer.

Na seqüência os autores partem para a análise do programa Esporte e Lazer da Cidade como uma política pública voltada à garantia do lazer enquanto direito social. Abordam a discussão dos objetivos e formas de avaliação do projeto, sempre a partir de um viés marxista de análise, com base nas relações de trabalho e na divisão de classes.

Outro grupo de sete trabalhos, também bastante numeroso, apresenta a análise de políticas municipais de esporte e lazer em diferentes contextos no Brasil. Assim como no grupo anterior, apresentaremos apenas alguns dos trabalhos a fim de exemplificar as temáticas e concepções teóricas adotadas.

O trabalho “*Políticas públicas de esporte e lazer em Paço do Lumiar-MA: avanços e limites*”, do grupo da Rede Cedes da Universidade Federal do Maranhão, coordenado pela Prof.^a Silvana Martins de Araujo, apresenta parte dos resultados das pesquisas do grupo, que têm “*como objetivo investigar a existência de políticas públicas de esporte e lazer nos municípios da microrregião da aglomeração urbana de São Luís, identificando de que forma vêm sendo operacionalizados os aspectos necessários para uma ação inclusiva, que os afirmem como direitos sociais*” (ARAÚJO, 2007, p. 02).

Para isso apresentam algumas informações referentes ao município pesquisado, e passa a relatar os depoimentos de gestores, parlamentares e da população acerca do esporte e lazer no município, bem como a análise de alguns documentos. Apresentam informações a respeito da importância do esporte e lazer na visão dos agentes pesquisados, obrigação legal do poder público na garantia do esporte e lazer, existência dos órgãos responsáveis por ações de esporte e lazer no município, política de capacitação, e finalmente, espaços específicos de esporte e lazer no município.

O artigo constitui um relato dos dados coletados, sem uma discussão mais aprofundada sobre o assunto, o que é justificado pelo fato de que a pesquisa está em andamento.

O trabalho “*Políticas públicas de lazer em Rio Grande*”, de Tatiana Teixeira Silveira e colaboradores do núcleo da Rede Cedes Universidade Federal de Rio Grande, apresenta um debate acerca do lazer e das políticas públicas, apontando alguns encaminhamentos das pesquisas de campo, que estão sendo realizadas naquele município. Versa sobre a dimensão público e privada na sociedade atual, sobre a escassez de espaços públicos destinados ao lazer, e sobre algumas ações consideradas insuficientes, com um olhar restrito sobre o lazer.

Usam principalmente as contribuições de Marcellino para conceituar as manifestações do lazer, Linhales e Stigger para discutir as políticas e os espaços relacionados ao lazer. Utilizam um tom de crítica à estrutura social, decorrente da opção pelo capitalismo como modelo político e econômico, apresentando o grupo de pesquisa e a pesquisa em si como ferramentas que visam contribuir para mudanças nas políticas públicas de esporte e lazer no município de Rio Grande.

Há a impressão de um discurso ideológico bastante marcado no texto, sem grandes incursões na empiria, a fim de fundamentar melhor a percepção sobre a realidade social específica.

Um grupo de dois trabalhos aborda a questão do orçamento, um a nível municipal e outro a nível federal. Um deles, intitulado “*Das interfaces entre os ciclos político-eleitorais e os investimentos públicos em ações de esporte e lazer em Montes Claros (MG)*”, escrito por Leandro Batista Cordeiro, professor da Universidade Estadual de Montes Claros, se propõem a “*evidenciar relações entre interesses político-partidários e a implementação de ações, de caráter comunitário, no âmbito do esporte e do lazer, no município de Montes Claros (MG)*” (CORDEIRO, 2007, p. 01).

Na primeira parte do texto o autor se dedica a conceitualizar os termos “poder” e “controle social” utilizando as contribuições de Giddens, Weber e Poulantzas, entre outros. Na sequência tece algumas considerações sobre os ciclos políticos, utilizando como principal referência os trabalhos de Fialho (1996; 1999). Apresenta alguns fragmentos teóricos de autores que buscam aproximar e discutir a ação do Estado no âmbito do esporte e lazer sob o aspecto da dominação ideológica, populismo e assistencialismo.

Passando aos dados empíricos coletados, Cordeiro (2007) aponta, a partir de informações do orçamento do município de Montes Claros, que os anos eleitorais coincidem com anos de maior investimento da Secretaria Municipal de Esportes de Monte Claro. Evidencia também que os anos pós-eleitorais são marcados por decréscimo nos investimentos públicos em esporte e lazer. A partir de alguns depoimentos junto a população, o autor reafirma a impressão de que o investimento público em esporte e lazer está relacionado aos ciclos eleitorais, sem aprofundar na apresentação e discussão dos dados.

Outro grupo, também de dois trabalhos, objetiva realizar estudos comparativos entre aspectos das políticas públicas de esporte e lazer em países distintos. O trabalho *“Políticas para o esporte de alto rendimento – estudo comparativo de alguns sistemas esportivos nacionais visando um contributo para o Brasil”*, de Raimundo Luiz Ferreira, brasileiro que realizava seu doutoramento na Universidade do Porto, em Portugal, apresenta um quadro comparativo dos sistemas esportivos nacionais voltados ao alto-rendimento de dez países, potências olímpicas (Alemanha, Austrália, Rússia, China, Estados Unidos, França), ou países ibero-americanos em desenvolvimento no âmbito esportivo (Brasil, Portugal, Cuba, Espanha).

Para tanto, estabelece cinco parâmetros de comparação entre os sistemas: *“(1) a organização esportiva e a participação do estado, (2) a participação da ciência do esporte, (3) a participação do sistema educacional, (4) o sistema de apoios públicos e privados, e (5) as infra-estruturas e recursos materiais disponíveis”* (FERREIRA, 2007, p. 02).

Para cada um dos parâmetros, o autor classifica os países de acordo com o seu desenvolvimento, atribuindo conceitos como baixo, médio e alto. Ao final, apresenta algumas sugestões para o maior desenvolvimento esportivo brasileiro no alto-rendimento. A exposição se dá de forma bastante descritiva, sem uma teoria ou referência para discutir as políticas públicas voltadas ao alto-rendimento.

Há também um conjunto de três artigos que abordam questões referentes aos gestores públicos de esporte e lazer, sua formação, entendimento do fenômeno esportivo, e reflexões sobre seu papel no interior do sistema esportivo brasileiro.

O trabalho *“A inclusão social presente nos discursos dos dirigentes municipais de esporte/lazer da grande-BH”*, de Tarcila Bretas Lopes e colaboradores do núcleo da Rede Cedes vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais, aborda as representações relativas à idéia de inclusão social presentes nos discursos dos dirigentes municipais de Esporte/Lazer da cidade de Belo Horizonte e região metropolitana. O trabalho é parte de um projeto maior que pretende identificar o perfil dos dirigentes municipais de Esporte/Lazer em 13 municípios constituintes do entorno da metrópole Belo Horizonte.

Os autores usam inicialmente as contribuições teóricas de Richard Goma para contextualizar a questão da exclusão social na sociedade contemporânea. Na seqüência utilizam outros autores, como Escorel e Sposati para ampliar a discussão acerca da exclusão e relacioná-la a atuação do Estado através das políticas públicas. *“Existe uma necessidade clara de adoção de políticas públicas capazes de minimizar as vulnerabilidades para evitar que o fenômeno da exclusão continue se consumando”* (LOPES et al., p. 03).

Na seqüência trazem uma breve discussão sobre o esporte e o lazer enquanto direitos sociais, e as características assumidas pelas políticas públicas setoriais destas áreas. Finalmente, apresentam algumas passagens das entrevistas realizadas com os gestores municipais de esporte e lazer dos municípios da grande BH, buscando compreender o entendimento que os mesmos têm do esporte e lazer e da exclusão/inclusão social

Outros quatro trabalhos abordam questões que não conseguimos agrupar nos grupos acima expostos. Um deles pretendeu levantar a discussão sobre o crescimento do chamado terceiro setor no âmbito do esporte e lazer. Outro versa sobre a *“construção dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil até o início do neoliberalismo, e sua relação com a questão do direito ao lazer”* (DAMASCENO; HÚNGARO, 2007, p. 01).

Ambos os trabalhos vinculados ao núcleo da Rede Cedes da Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

O trabalho “*Os modelos de análise sociológica e a elaboração de políticas públicas: a necessidade de novos olhares para o esporte*”, de Isabel Cristina Martines, aluna do programa de mestrado em Educação Física da Universidade Federal do Paraná, apresenta um debate acerca de modelos interpretativos do esporte. Levanta a utilização da Teoria Crítica como paradigma predominante ao entendimento do esporte no Brasil, especialmente a partir da década de 1980. E coloca sua posição de questionamento a real contribuição desta teoria para se pensar o esporte, e conseqüentemente as políticas públicas de esporte.

O trabalho “*A produção do conhecimento em política pública para educação física, esporte e lazer: o GTT 10 em Pernambuco*”, de autoria de Ana Lúcia Felix dos Santos, Maria da Conceição A. Batista e Alexandre Viana Araújo, busca,

... realizar uma análise descritiva, através de um mapeamento e categorização da produção de conhecimento em Políticas Públicas, Educação Física, Esporte e Lazer divulgada nos eventos científicos organizados pela Secretaria Estadual do CBCE em Pernambuco (SECBCE/PE), tomando como referência os trabalhos apresentados no GTT Políticas Públicas (GTT 10) (SANTOS; BATISTA; ARAÚJO, 2007, p. 01).

O recorte temporal da pesquisa foi entre os anos de 2000 a 2006. Os autores buscaram, através dos eventos realizados em Pernambuco, mapear quais as temáticas tratadas e quem eram as instituições representadas nos trabalhos acerca da temática políticas públicas de educação, esporte, lazer e educação física. Antes disso, contextualizaram a importância dos eventos para o campo da produção científica, justificando sua opção de análise.

A partir dos dados coletados, os autores afirmaram que um grande número de instituições, principalmente da região Nordeste do Brasil, foram representadas por trabalhos referente a temática proposta. Além disso, delimitaram três grupos em que se inserem as temáticas pesquisadas: “1. estudos que analisam e avaliam programas e projetos de educação física, esporte e lazer; 2. relatos de experiência de programas e projetos em educação física, esporte e lazer; 3. estudos sobre concepções e/ou teorias que embasam o campo da política pública para educação física, esporte e lazer” (SANTOS; BATISTA; ARAÚJO, 2007, p. 06)

Dedicam-se então a apresentar traços gerais dos trabalhos analisados, concluindo que a avaliação de programas e projetos parece ser algo fortalecido também na área dos estudos sobre política para educação física, esporte e lazer. Afirmam também que o campo da investigação sobre o tema ainda está em busca de respostas à questão: *em que sentido o Estado prioriza seus esforços e por que assim o faz?*

Considerações finais

A proposta deste trabalho foi analisar alguns aspectos presentes nos trabalhos apresentados no GTT 10 do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, buscando dar um paço no sentido de levantar a agenda de pesquisas da área de políticas públicas de esporte e lazer.

A partir da discussão proposta pudemos detectar que as ações do Ministério do Esporte, principalmente através da Rede Cedes, têm fomentado o aumento no número de trabalhos produzidos sobre a temática das políticas públicas de esporte e lazer no interior do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte.

Apresentamos também a análise de alguns trabalhos apresentados no XV Conbrace, no sentido de destacar as temáticas e as perspectivas teóricas adotadas pelos autores dos textos. Em relação às temáticas debatidas nos textos, há uma predominância das análises de programas federais, e análise das políticas municipais de esporte e lazer.

Como traço comum aos trabalhos apresentados, podemos dizer que: 1) a maioria dos artigos é parte de trabalhos em andamento; 2) superada uma fase de relato de experiências de gestores na área, passamos a ter o predomínio de exposições empíricas, com procedimentos metodológicos bem delineados, mas que, porém, não apresentam um diálogo consistente com a literatura; 3) nos trabalhos que apresentam uma maior consistência teórica, os autores adotam uma postura de crítica ao neoliberalismo, entendendo que este modelo, dado os interesses do capital, leva o Estado a intervir cada vez menos no âmbito social, repassando esta função a setores organizados da sociedade civil. Esta compreensão seria o ponto de partida à compreensão das ações públicas no âmbito do esporte e lazer. Fica clara a opção pelo entendimento da macro-estrutura econômica e social, a fim de compreender as ações no interior dos programas analisados, bem como suas funções e objetivos. Nestes casos, a apresentação dos dados empíricos das pesquisas fica em segundo plano.

Finalmente, entendemos que o momento atual aponta para um crescimento do interesse pela temática das políticas públicas de esporte e lazer no interior da educação física brasileira. Porém, para que haja um avanço significativo nas produções necessitamos de referenciais consistentes de análises. Fica o desafio para avançarmos no entendimento do campo de produção sobre políticas públicas de esporte e lazer, bem como na produção em si, que tanto pode contribuir ao avanço das políticas setoriais de esporte e lazer.

Referências

ARAÚJO, Silvana Martins de et al. Políticas públicas de esporte e lazer em Paço do Lumiar-MA: avanços e limites. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007a.

_____. Gestores e agentes sociais de esporte e lazer na Baixada Maranhense: um estudo dos recursos humanos para o Sistema Nacional de Esporte e Lazer. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007b.

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. Revista brasileira de Ciências Sociais, fev. 2003, vol. 18, nº 51, p. 07-10.

BOURDIEU, P. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. O poder simbólico / Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 7ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2004.

BRITO FILHO, Wilson de Lima. Agente de lazer: uma proposta de ressocialização e reeducação. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

CORDEIRO, Leandro Batista. Das interfaces entre os ciclos político-eleitorais e os investimentos públicos em ações de esporte e lazer em Montes Claros (MG). In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

DAMASCENO. Luciano Galvão; HÚNGARO, Edson Marcelo. Excurso acerca da construção dos direitos no Brasil: pressupostos para a questão do direito ao lazer. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

ELIAS, Francisca da Chagas Oliveira et al. Esporte e lazer no município de Raposa - MA: um direito a conquistar. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

FERREIRA, Raimundo Luiz. Políticas para o esporte de alto rendimento – estudo comparativo de alguns sistemas esportivos nacionais visando um contributo para o Brasil. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/rede_cedes.jsp

HÚNGARO, Vitor; MELO, Lúcio Leite de. A formação continuada no programa esporte e lazer da cidade: emancipação ou reprodução. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

LIÃO JUNIOR, Roberto; SAMPAIO, Juarez Oliveira. Consórcio Brasília: espaço de construção e intervenção de uma política pública de esporte e lazer no Distrito Federal e região do entorno. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

LOPES, Tarcila Bretas et al. A inclusão social presente nos discursos dos dirigentes municipais de esporte/lazer da grande-BH. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

MARCHI JR., Wanderley. A educação física e o campo científico: repensando as possibilidades de pesquisa sobre o esporte e o lazer. In: MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOILLI, F. R.; SOUZA, D. L. de. Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e gestão de políticas públicas. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006.

MARTINES, Isabel Cristina. Os modelos de análise sociológica e a elaboração de políticas públicas: a necessidade de novos olhares para o esporte. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

MELO, Marcus André. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). [vol. 3: Ciência política], São Paulo/Brasília: Sumaré/Anpocs/Capes, 1999, p. 59-100.

MELO, Lúcio Leite de; HÚNGARO, Vitor. Gestão pública de esporte e lazer: uma análise crítica. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

MENDES, Valdelaine da Rosa et al. Como os pais percebem a participação dos filhos no programa Segundo Tempo. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

MENEZES, Vilde; VIANA, Alexandre. Análise da experiência de descentralização e políticas públicas para esporte em Camaragibe-PE: possibilidades de resistência e inventividade local. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

MILLEN NETO, Álvaro Rego; FARIA, Claudiomir do Nascimento. Educação física, políticas de esporte escolar e jogos estudantis. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

MILITO, A. et al. Relações entre os estados latino-americanos e o fenômeno esportivo. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

MOLINA, Rosane. Políticas de esporte e projetos sociais: impactos nos processos de subjetivação dos jovens. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

MOREIRA, Bruno Duarte et al. Projeto segundo tempo: configurando um modelo. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

NASCIMENTO, Marcus Jary et al. O futebol profissional e a cidade de Goiânia: análise das articulações entre o desenvolvimento urbano e as torcidas organizadas. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

OLIVEIRA, Bruno Assis de; HÚNGARO, Edson Marcelo. O crescimento do terceiro setor no campo do esporte e lazer: apontamentos críticos. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

ROCHA, Luiz Carlos et al. Ordenamento legal e políticas públicas de esporte e lazer: o abismo entre gestão cidadina e participação popular. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

SAGRILLO, Daniele Rorato; BACCIN, Ecléa Vanessa Canei; BOTH, Vilmar José. Políticas públicas de esporte e lazer: análise do programa esporte e lazer da cidade. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos; BATISTA, Maria da Conceição A.; ARAÚJO, Alexandre Viana. A produção do conhecimento em política pública para educação física, esporte e lazer: o GTT 10 em Pernambuco. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

SANTOS, Laurecy Dias dos. Programa Escola Aberta e Juventude: uma prática de esporte e lazer na escola pública. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

SILVEIRA, Tatiane Teixeira et al. Políticas públicas de lazer em Rio Grande. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. Políticas públicas para o esporte e lazer: conselhos municipais de esporte e lazer e outras formas de participação direta. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

STAREPRAVO, Fernando Augusto & MEZZADRI, Fernando Marinho. Algumas contribuições de Pierre Bourdieu e Norbert Elias à discussão de políticas públicas para o esporte e lazer. In: Anais do X Simpósio Internacional Processo Civilizador. Campinas, 2007.

TONETTI, Cláudio. 'Take off' do desporto moçambicano. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. O planejamento governamental e o orçamento do setor esportivo. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

Fernando Augusto Starepravo, mestre, ALESDE/CEPELS/DEF/UFPR
Ricardo Sonoda Nunes, mestre, DECISO e ALESDE/CEPELS/DEF/UFPR
Wanderley Marchi Junior, doutor, DECISO e ALESDE/CEPELS/DEF/UFPR

Endereço para correspondência:

Fernando Augusto Starepravo
Rua Pedro Huk, 46 Bairro Uberaba
CEP 81550-230 Curitiba – PR
E-mail: fernando.starepravo@hotmail.com

Recursos:

Data-show